

RETALHOS DE UMA MEMÓRIA, UM PROJECTO DE FUTURO¹

Maria Conceição Falcão Ferreira

«...Nenhum povo tem direito
de cultivar mitos
e esquecer a realidade»²

(José Mattoso)

Há poucos anos, e a propósito do novo edifício do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, José Mattoso tornava pública a sua esperança nos alvares de uma nova política cultural³ - ao fim de uma situação «provisória» de quase dois séculos e meio, o mais amplo respositório da memória pátria passava a contar com um local para o efeito construído. Até aí - lembrava - só a Universidade de Coimbra havia tido o privilégio de possuir um arquivo de raiz, na década «40» (1948). A nível distrital, apenas Beja o conseguiu em 1972⁴...

E relendo a citada reflexão, fica-nos a imagem de um Portugal de Novecentos a cumprir prioridades entre ministérios e igrejas, bancos e prisões. Na frágil salvaguarda do património, em geral, foram seguindo os arquivos, em particular.

Na realidade, qualquer amante deste tipo de memórias se habituou à imagem de documentos inéditos a perecer, amontoados algures - na sacristia de uma igreja, num armário de uma repartição pública, ou em aposentos de todo o arrumo. Os efeitos destruidores da humidade, a inexistência de acondicionamento capaz, a par de um desrespeito total pelo aturado e secular labor dos escribas, calou já infindas páginas da nossa história. E, neste ambiente, tão propício à proliferação de fungos e bactérias, habituou-se o leitor mais perseverante até a partilhar horas de leitura com os conhecidos roedores.

Muitos diplomas se perderam. Outros mantêm-se, mas ilegíveis, dado o grau da sua deterioração.

Por vezes, valioso espólio foi subtraído a esta incúria por particulares, mas o processo «privatizou-o». Outras, postos os documentos em valor, no mercado das «velharias», seguiram percursos que se não conhecem. A acompanhá-los, muitas memórias deste país, cuja identidade está muito longe de se cumprir nos tão mitificados Descobrimientos!

De outros, cuja notícia se vai conhecendo episodicamente, porque alguém os diz ter lido, se desconhece o rasto ou o acomodamento. Talvez fechados, algures, até que de todo se esbatam.

A nível nacional, como local - salvo as honrosas e meritórias excepções, comuns a todo o tempo - ficam os traços e os efeitos do dramático desprezo pelos legados de muitas e muitas gerações. Como traço dominante, fica a ausência de uma política de preservação e classificação de testemunhos irrecuperáveis, apesar dos esforços dos arquivistas que se fizeram sentir desde finais do século XVIII. Mas, como afirma José Mattoso⁵, tal resumiu-se a tentativas de eruditos cuja voz não foi nunca ouvida pelos políticos. A constante vem-se traduzindo na vacuidade de infraestruturas culturais, não obstante as lembradas excepções. Neste cenário, assim se deve tomar a Associação Portuguesa dos **Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas como o grupo dos Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação**. Neste Universo, revelou-se, também, inestimável o impulso dado pelos Encontros Nacionais, a par de uma série de medidas: a equiparação a técnicos superiores dos bibliotecários e arquivistas (1969), a sua presença na UNESCO (1973), a proposta de uma *Direcção Geral de Arquivos*, entre outras - abrem esperanças a uma era nova. Activam-se grupos de trabalho e pensam-se os Arquivos Municipais. A informática disponibiliza, por fim, o caminho de uma nova concepção, a par de um plano geral de arquivos. Entre os frutos de uma nova e recente filosofia, assiste-

-se ao incentivar de cursos universitários de pós-graduação, à reciclagem de funcionários, ao recurso a protocolos, e à promoção de certos arranjos no espaço físico. Parece, sem dúvida, que se vai tomando mais séria consciência da dramática situação do nosso património arquivístico. Começa a falar-se em restauro de «velhos papéis», discutem-se condições ambientais, fala-se de racionalização do sistema também a nível dos utilizadores. O problema das fontes ganha importância e é tema de alargadas reuniões científicas. Dinamizam-se os roteiros e boletins, ao mesmo tempo que se autonomiza o mundo dos arquivos face aos das bibliotecas - afins, são todavia dois mundos diferentes na especificidade organizativa. Em última análise, respira-se mudança. Mudança que exige um processo de adaptação de todos nós mas que, no fundo, haverá de obedecer a uma dupla perspectiva: preservar os «monumentos» escritos, classificá-los, torná-los acessíveis e fomentar o gosto pela investigação. De pouco servirá ao investigador um arquivo bem ordenado, se as condições de acesso lhe forem negadas ou dificultadas sem lógica, num país onde apenas o gosto pelo estudo o faz correr. Mas, inversamente, que futuro, que história, sem documentos? Que caminho para se perceber a identidade nacional? A possibilidade de um país se afirmar, na sua diferença, torna os arquivos uma necessidade, e não um repositório de meras curiosidades. Algo que se confunde com o interesse nacional em si mesmo, que urge preservar e cuja responsabilidade, se é de cada um de nós, enquanto utilizadores, ou cidadãos, o é muito mais dos gestores oficiais da cultura. Sem política séria de investimento cuidado, de pouco serve a consciência das coisas. E apesar de toda a mudança, continuam a falecer meios técnicos e humanos para que toda a nova filosofia seja real. Em última análise, continuam a faltar, como sempre, as verbas para a cultura, apesar de todos os discursos avisados. E as novas metodologias, a par das reflexões epistemológicas, desafiam os arquivos na sua capacidade de resposta, que se não compadece, já, com a busca do historiador, do erudito local, ou do amante da terra. Muitos profissionais de formações muito diversificadas, que não dominam a técnica paleográfica, terão de aguardar a publicação de fontes, como terão de aguardar uma correcta ordenação e classificação dos fundos documentais. Só uma inflexão das políticas culturais permitirá que, dos espólios arquivísticos, outros mais possam aproveitar. O trabalho neste domínio é hoje algo de indispensável e que exige preparação adequada - distinguir fundos essenciais de acessórios, seleccionar e classificar correctamente a informação, proceder a catálogos e inventários, pressupõe um saber específico a aprofundado, científica e tecnicamente. O recurso aos meios informáticos e ao disco óptico é algo que se afigura, cada vez mais, imprescindível, no quotidiano de qualquer arquivo. Todavia, sabemos bem que, Portugal adentro, não existem, tão pouco, condições mínimas para accionar a operação de microfilmagem ou de outros tipos de reprodução documental. E não se trata apenas de facilitar a pesquisa aos investigadores - embora esta, de *per si*, devesse ser merecedora de indiscutível respeito, - mas também de minimizar os riscos de deterioração das peças manuscritas mais vulneráveis, à luz, à humidade e ao seu repetido manuseamento, sem comprometer a investigação. Isto seria o mínimo a exigir-se em qualquer arquivo, mas a realidade é bem

diferente. A par da «aventura» que é ser-se investigador neste país, grassa também uma incúria generalizada - por um lado, uma política por vezes irracional de cuidados levados ao limite do absurdo, para não se dizer ridículo, desmotiva o mais perseverante: por outro, assiste-se ainda à prática impune de se deslocarem fundos manuscritos de certos depósitos, quer por comodidades individuais, quer por hábitos da secular confusão entre o público e o privado, em total desrespeito pelos testemunhos, que são colectivos. A rematar este país, em tantas coisas adiado, mantêm-se arquivos riquíssimos - e o Municipal de Guimarães não é excepção - sem apoios suficientes para as exigências actuais, apesar de muito que foi feito e do labor esclarecido de um Alfredo Pimenta, por exemplo. Continuam a falecer meios técnicos e humanos para dinamizar a Instituição e tornar acessível, em termos operatórios actuais, o seu espólio - não existe um leitor de microfílm com fotocopiador incorporado⁶, continuam por rever os inventários existentes, permanecem informes, em longos maços diversíssimos registos de inusitado interesse, está por fazer o levantamento das fontes, já impressas, com critérios cientificamente válidos, desconhece-se o conjunto de documentos relativo a Guimarães que se encontra espalhado pelos arquivos do país. Faltam meios financeiros, equipamentos e pessoal especializado em número razoável; falta também encetar a tarefa urgente de publicação de fontes, com coerência e continuidade. Melhorando o espaço, minimizadas as consequências de uma arrumação deficiente, está muito longe, não do ideal, mas do necessário. Não basta arrumar bem os documentos. Urge estudá-los com critérios não aleatórios ou, como lembra José Mattoso, sem mistificações absurdamente localistas e/ou nacionalistas⁷.

Passado vai o tempo da história limitada às glórias pátrias, sem quotidiano dos homens que lhe deram rosto!

Final, discutindo os arquivos, discute-se a memória nacional que a todos pertence e que a todos cumpre preservar. Mal vai o país onde os arquivos não são olhados como um dos sectores privilegiados da sua política cultural. Relanceando a nossa história, vêem-se reis e eruditos a acautelar, para a posterioridade, os testemunhos conviníveis. Se já se trata de um conjunto de memórias censuradas, de em geração, se construíram e destruíram testemunhos, ao sabor das mais diversas conveniências e finalidades⁸. A um «real histórico», já de *per si* truncado e seleccionado, veio somar-se um vasto leque de catastróficas decisões: ainda neste século, na década de «40», a Câmara de Lamego «afogara» no rio carros e carros de bois atulhados de remotos escritos. Apenas a consciência de um erudito local permitiu salvar uma pequena parte⁹. Em Guimarães, documentos e documentos saíram para as casa de investigadores, e do facto ficou lembrança, de quando em vez, num breve registo: «está na casa de...». E ainda no bem próximo Fevereiro de «86», o então Director, Manuel A. de Oliveira, alertava a Câmara, escrevendo que chovia nas actuais instalações e que a humanidade ia produzindo os seus maléficos efeitos com a deterioração crescente dos documentos, para além da falta de espaço necessário ao condicionamento das

novas incorporações¹⁰. Em Braga, arderam, destruíram-se, roubaram-se para negócios de alfarrabistas, ou cortaram-se à tesoura as iluminuras de belíssimos códices, como hoje se pode verificar.

Que contas a pedir ao passado?

Que contas a prestar ao futuro?

Este haverá de ser o desafio do presente de cada um de nós. Bastará, para o efeito, acreditar que pela cultura se destingue um povo, para que se exija aos responsáveis uma política que vise preservar os arquivos como algo gerador de cultura e não um repositório de escritos inúteis.

E porque a nossa identidade nacional não se confina aos navegadores de Quatrocentos, hão-de reavivar-se as consciências para um percurso multissecular, cuja construção da história muito depende da arquivística - a científica, pelo menos, haverá de fazer-se e refazer-se a partir da classificação e inventariação correcta das fontes, logo dos arquivos. Pelo facto, cada cidadão, como cada organismo - paróquia, município, distrito, região, ou governo - haverá de assumir-se, necessariamente, pelo modo como encara os testemunhos da sua memória, parte fundamental da cultura. Aos investigadores, urge fornecer os meios adequados para que, sem entraves absurdos, possam livre e calmamente pensar e escrever a história.

Olhando a realidade que temos, porém, algo chega de positivo para o *Arquivo Municipal Alfredo Pimenta*: criado em 1931, pelo Decreto-lei 19.952 de 27 de Junho, abriu-se ao público no Outubro de «34»¹¹. Meritório, ficou o esforço dos que foram dirigindo a Instituição - Alfredo Pimenta - «...homem de vontade férrea, de uma inteligência superior»¹² - Rodrigo Pimenta, seu irmão, e Manuel Alves de Oliveira¹³.

Hoje, falar dele, pode ser, entre muitas outras sugestões, recordar um passado próximo, mas abertamente promissor: há pouco mais de um ano, noticiava-se que o «o Arquivo Municipal Alfredo Pimenta (...) está a passar por uma profunda reestruturação, quer ao nível da sua orgânica, com a recente remodelação de quadros técnicos e criação de um conselho consultivo de apoio, quer de funções e sobretudo de inventarização e reclassificação de espólio ali acumulado»¹⁴. Mais se afirmava, a propósito, que o objectivo era «ficar disponível para a comunidade científica através dos processos de microfilmagem e da integração da noma informática ARQ-BASE»¹⁵.

Nesse artigo, bem patente ficara a importância do riquíssimo acervo documental que Guimarães possui, bem como o projecto de se conseguir um mais adequado espaço para a sua salvaguarda. Integrado na rede nacional de arquivos¹⁶, vem dinamizando o interesse e a consciencialização da comunidade, quer através de visitas guiadas, quer através de exposições. Desde «90» se preparam tarefas de microfilmagem, tendo em vista acessibilizar diversos núcleos aos investigadores, ora procedendo ao controlo da qualidade dos microformatados existentes. Todavia, os problemas

estão longe de estar resolvidos: as microfilmagens têm de ser feitas no Arquivo Distrital do Porto, com os acrescidos gastos e riscos da deslocação dos documentos o que, não obstante a melhor das boas vontades, complexifica o processo. Por outro lado, a inexistência de um leitor invalida a utilização dos microfilmados, *in loco*.

Mas falar dele, hoje, pode ser também falar do seu presente e augurar um bom futuro. Muita coisa mudou já, como se sabe: as condições do espaço físico, o acondicionamento do rico espólio, a classificação arquivística de longas séries documentais, formação de pessoal, a admissão de novos técnicos, tudo isto aliado a muito boa vontade.

A título pessoal, não poderei nunca esquecer o passado - desde a memória de um Alfredo Pimenta, que pelo labor avisado e paciente dos seus registos legou, até hoje, o melhor guia deste arquivo - até ao falecido Director, Manuel Alves de Oliveira - de quem retenho, na lembrança, a amabilidade que sempre dispensou, quer no acesso às fontes, quer no acolhimento simpático aos investigadores - que tão importante se revela para quem, ao propor-se estudar, depara com tanta barreira! Pelo facto, é justo que confesse, aqui e agora, o quão familiar e terno foi sendo, para mim, a ambiência do AMAP - sem dúvida que nele sempre me fizeram sentir «em casa». Não posso esquecer, outrossim, aqueles que do passado se prolongam no presente - a Lucinda e o Sr. Simões e, num presente mais próximo, a Carla, a Dra. Maria José, a Dra. Isabel... E é justo igualmente que confesse o grande empenhamento que se respira, uma forte vontade de renovação, uma nova filosofia na forma de encarar um arquivo. Acho que se pode projectar um futuro promissor, caso as entidades responsáveis nele acreditem e se não se fiquem por um mero quadro de intenções.

Por tudo que foi dito, por tudo o que não foi possível dizer, fica um obrigado à autarquia - como instituição directamente responsável - por todas as realizações neste domínio, mas fica também um apelo à mesma autarquia, no sentido de apoiar a renovação e exigências crescentes, para que o AMAP tenha o lugar que merece, neste Portugal presumidamente europeu.

Não basta já a Guimarães o *ex-libris* de «berço da nacionalidade»: a sua história, a sua gente e, mais importante ainda, a sua identidade no quadro português, haverá de salvaguardar-se e cumprir-se na preservação da sua mais fiel memória. Essa reside, mais que outro qualquer legado, no acervo do seu arquivo.

Mas, no falar deste presente cabe também, entre muitas outras coisas, celebrar o último número do *Boletim de Trabalhos Históricos*, quando se acaba de cumprir a publicação do quadragésimo número. Tratando-se de um legado que remonta já a 1933, pode dizer-se que este, datado de 1990, encerra um ciclo - a marca de um passado que se celebra, logo nas primeiras palavras, no *in memoriam* a seu antigo Director, Manuel Alves de Oliveira. Aí, num testemunho de quase três décadas, todo ele cheio de muita dedicação para com as fontes, para com a história e para com todos aqueles que, no dia a dia, a este

Arquivo recorreram, se evoca o homem: «Manuel Alves de Oliveira sabia quanto este Arquivo representava na história e na cultura de Guimarães e do país»¹⁷ - nas palavras de abertura de José Marques. Entre outras lembranças, refere o historiador citado que «A partir de 1964 abriu este Boletim (...) aos estudos genealógicos das Casas antigas do concelho de Guimarães, que a Sra. D. Maria Adelaide Pereira de Moraes tanto tem desenvolvido, e a muitos outros colaboradores e variados temas»¹⁸.

Às *Velhas Casas* voltaremos já.

De momento, todos temos consciência que a dedicação, o gosto pela história que escreveu, o trato de homem de subida qualidade, a par de todos os investigadores e eruditos locais que o apoiaram no carinho pelos documentos, não bastaram para que este Arquivo rompesse na conquista de um outro lugar, de acordo com a sua riqueza histórica. Para tal faltou-lhe muito do poder político que o suporta, apesar do muito que foi feito, repetimos. Permanecem insuficientes os financiamentos para a renovação técnica, bem como para a criação de quadros administrativos suficientes. E, se ficou, também, a maior boa vontade, urge agora realçar o AMAP a níveis de uma outra exigência. A todos nos cumpre clamar por ela. Entre o passado e o futuro, regista este *Boletim* muitos nomes, muitas páginas de história. É um testemunho concreto das dificuldades que se venceram, mas é também um desafio de mudança, que tudo obriga a repensar. Tudo é dinâmico enquanto vivo é um arquivo tem de ter vida, tal como os objectivos a definir. Este esforço, de mais de meio século, haverá de merecer, no mínimo, o benefício de outras propostas num respeito sério de continuidade de uma obra. Tarefa que caberá, agora, a «um projecto de futuro».

Do presente, diríamos que, prosseguindo a tradição das abordagens genealógicas, neste *Boletim de Trabalhos Históricos*, se inserem diversas novidades. Para além da nota de abertura a que já aludimos, dois artigos são dedicados a Instituições eclesásticas de Guimarães: um de José Marques - «O Mosteiro de Guimarães» (p.7 a 13) - constitui, no dizer do autor, uma «versão melhorada do texto publicado sob a entrada GUIMARÃES, Monastère de - no Dictionnaire de Géographie et Histoire Ecclésiastique, de Lovaina». Trata-se de uma síntese da história do referido mosteiro, da constituição do seu património e do seu percurso até à sua «acelerada agonia», traduzida no desfecho de 1107 - ano em que se converteu em colegiada. A tese de José Marques atribui à «impermeabilidade» deste mosteiro à observância beneditina, o elemento precipitador da sua extinção.

Outra colaboração, tem como autor José Manuel de Oliveira Ribeiro - «A Igreja de S. Dâmaso de Guimarães» (p.61 a 94). Procedendo ao enquadramento histórico-geográfico desta fundação seiscentista, dá conta das obras de restauro a que foi sendo sujeita, das lendas e tradições sobre a figura de S. Dâmaso, do seu culto, e das Confrarias.

Os restantes artigos podem enquadrar-se no âmbito história genealógica e da heráldica: coube a Isabel Maria Ribeiro traçar o

percurso de «Luís Falcão nas Capitánias de Ormuz e Diu» (p.15 a 35) - em cuja revelação a autora se propõe pôr em ordem a imagem do fidalgo, britânico na sua origem, e de nome português. Fala-nos do seu *cursus militar*, que o levou à Índia, sabidamente, desde 1528. Fica o seu rasto entre a capitania de Ormuz e as tensões com D. João de Castro; os envoltivos ilícitos do seu mercadejar, os amigos e inimigos, até ser capitão de Diu. Fica, também, uma «pintura» expressiva da Índia, a par das estratégias do fidalgo pela posse da riqueza e do poder - estratégias que culminaram no seu assassinato em 1548, enquanto repousava à lareira com seu filho... E fica também a trama de um enredo policial - Quem matou? Porquê? As hipóteses levanta-as a autora, neste curioso retalho da Índia, do seu comércio tão diversificado quanto envolvente, a par dos elevados custos para o reino, por cumprir... na conquista e sustento de tão longínquos domínios. Fica, por fim, a tábua genealógica de um controverso capitão português.

Da autoria de Theresa M. Shedel de Castelo Branco consta o artigo intitulado «A pedra d'armas de Castelo Branco, O Novo. História e Descrição» (p.37 a 48) - com ela, o historiar do morgadio dos Castelo Branco, junto de Santa Iria de Azoia, numa pesquisa que, segundo confessa, excedeu «tudo aquilo que, com optimismo, se podia esperar», dos núcleos documentais do mosteiro de Chelas, relativos aos bens dos professos, que lhe forneceram a chave da resolução de muitas questões sobre os «Castelos-Branco» - a sua história chega-nos desde 1421, com Nuno Vasques, o instituidor do morgadio. A autora propõe, a finalizar, uma hipótese interpretativa da pedra dos Castelo-Branco.

Paulo Drumond Braga centra-se numa figura feminina, cujo rasto procurou seguir, desde meados do século XV ao primeiro quartel de Quinhentos - «Uma fidalga portuguesa dos finais da Idade Média: D. Catarina de Albuquerque» (p.49 a 60). Com base em documentação do Cartório de Santiago, depositada no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, elaborou uma curiosa biografia da mulher que foi de Nuno da Cunha e, depois, do poderoso marechal D. Fernando Coutinho.

O Barão de S. Roque oferece uma síntese sobre os percursos das ciências de genealogia e heráldica no actual século - «Da história do instituto Português de Heráldica» (p.95 a 121), deixando-nos as notícias sobre a sua fundação, as fases porque tem passado, os seus Estatutos, a importância da revista *Armas e Troféus*, entre outras questões no domínio da afirmação nacional dos estudos de heráldica, bem como o seu vínculo à *Associação Portuguesa de Arqueólogos*.

Por fim, um longo artigo sobre o íntimo complexo arquitectónico, outrora denominado do «passadiço» ou do «arco». Trata-se de mais uma das *Velhas Casas*..., projecto que Adelaide Moraes desenvolve desde os anos «60»: *Velhas Casas (XI) - a do Arco, na rua de Santa Maria, em Guimarães* (p.123 a 299).

Retomando os «Peixotos», segue a vida daquele notável bloco residencial, sempre ligado a detentores de prestígio. Desfilam os já ditos «Peixotos», os «Sousas», os «Ferreira de Eça» e outros mais, até à família de Albano Martins Ribeiro a quem se deve, agora, o

«custoso restauro» deste edifício, de ambos os lados da rua. É, com efeito, uma importante análise, cheia de informações sobre as diversas famílias a quem cabendo a posse dos verdadeiros «paços» de Santa Maria. A exemplo das abordagens anteriores, insere, a autora, as muito úteis tábuas genealógicas, na sua tentativa de ordenar e corrigir muitas das conclusões a que se vem chegando sobre famílias e sucessões.

Com o sentido de parabéns a todos que fizeram a história deste *Boletim*, entendemos, hoje, deixar uma palavra muito especial para Adelaide Moraes, por uma já vasta obra sobre a história deste burgo secular, ainda que perspectivada, fundamentalmente, nas «Famílias», cuja importância subtraiu ao anonimato das fontes.

Escolhida ficou, neste «entre o passado e o futuro», como um gesto singular de agradecimento a todos que deram vida ao AMAP, e como um incentivo a todos que, à sua medida, vão colaborar no seu «projecto de futuro». Bom exemplo é, sem dúvida, Adelaide Moraes.

Num expressivo conjunto de artigos, sob a epígrafe *Velhas Casas* (...), a autora vem-se dedicando, desde 1967, à reconstituição de diversas famílias de Guimarães e seu termo. Como bases metodológicas gerais, optou por desenvolver a trama familiar em torno de uma unidade espacial - a casa, como elemento físico, e palco de inúmeros enredos. Numa descrição espaço-temporal, por via da regra progressiva, embora por vezes prefer a iniciar o seu discurso do presente para o passado, Adelaide Moraes reuniu um notável volume informativo, de extrema importância para os estudos genealógicos locais e regionais. Os Peixotos, os Vieiras, os Mirandas... e tantos outros que, com o povo anónimo, fizeram a história e nela ficaram pelos registos de certas memórias. O seu percurso, no rasto dos homens, salta do espaço eleito, seja ele Azurém, Gominhões, Fermentões ou S. João de Ponte, a título de exemplo, para calcorrear as andanças de famílias e famílias... Em muitos casos, segue gerações por vários séculos, acompanhando-as pelo nascimento, casamento e morte. Com os homens chega a então vila, as ruas, as casas, os edifícios civis e religiosos, as procissões e as festas, a peste, o medo e a morte, num quadro todo ele de muita vida e cor, recriando cenas do quotidiano mais remoto. Para ordenar o leitor, por via de regra, termina as suas pesquisas com uma linguagem sistematizada, a partir das tábuas cronológicas que lhe foi possível reconstituir.

Relativamente às cronologias preferenciais, ressalta uma sistematização mais ampla para os séculos posteriores à Guimarães Quinhentista. O facto justifica-se, naturalmente, pela maior dificuldade na obtenção de informações documentais para períodos mais recuados. Todavia, caso há em que Adelaide Moraes começa a sua análise nos séculos XIII, XIV, XV, quando as fontes compulsadas lho permitem. Veja-se, a título de exemplo, a abordagem sobre a Casa de Pousada, Gominhões, Sezim, e o sugestivo «filme» sobre a Casa

do Arco, na rua de Santa Maria. Trata-se, com efeito, de um precioso auxiliar para o conhecimento de Guimarães e da sua gente e é, sem dúvida, leitura obrigatória para todos quantos estudam a cidade, o seu termo e, muitas vezes, a vasta região de Entre Douro e Minho. O mérito da autora, cujo trabalho é fruto de um infatigável labor de investigação no arquivo, que hoje se celebra, reside exactamente no facto de procurar a verdade possível nos documentos possíveis, corrigir certas tradições eróneas perpetuadas nos mobiliários de consulta mais frequente, na busca incessante da verdade histórica de uma cidade que lhe deve uma vida de investigação. Faz acompanhar os seus textos com longas notas, justificando a par e passo a construção da sua história. Sempre a cotejar, ora remete para o espólio do Arquivo Municipal, ora sugere ao leitor estudos da especialidade sobre o assunto, num labor de grande honestidade. Os seus demais artigos, para além da *Velhas Casas* (...), revelam um mesmo gosto pelos estudos genealógicos, mantendo, a autora, um estilo semelhante na apresentação dos dados, na forma peculiar do seu discurso, e nos constantes apelos à busca do real histórico.

Por tudo isto, um OBRIGADA a Guimarães, à sua História, à riqueza da sua memória no Arquivo Municipal, e aos investigadores infatigáveis - destes, Adelaide Moraes é um indiscutível exemplo. Permitimo-nos, pelo facto, lembrar que a ela pertencem, entre outros:

A) VELHAS CASAS...

- *Velhas Casas* (I) - S. João de Ponte (Guimarães), Separata de *Boletim de Trabalhos Históricos*, Guimarães, 1967¹⁹
- *Velhas Casas* (II) - Fermentões (Guimarães), Separata de *Boletim de trabalhos Históricos*, Guimarães, 1968²⁰
- *Velhas Casas* (III) - Creixomil (Guimarães), Separata de *Boletim de Trabalhos Históricos*, Guimarães, 1971²¹
- *Velhas Casas* (IV) - Creixomil (Guimarães), Separata de *Boletim de Trabalhos Históricos*, Vol. XXV, Guimarães, 1974²²
- *Velhas Casas* (V) - Azurém (Guimarães), Separata de *Boletim de Trabalhos Históricos*, Vol. XXXVIII, Guimarães, 1977²³
- *Velhas Casas*, (VI) - Azurém (Guimarães), Separata de *Boletim de Trabalhos Históricos*, Vol. XXX, Guimarães, 1979²⁴
- *Velhas Casas* (VII) - Casa da Avaleira Penselo (Guimarães), Separata de *Boletim de Trabalhos Históricos*, Vol. XXXI, Guimarães, 1980²⁵
- *Velhas Casas* (VIII) - Casa do Cano ou do Salvador, Separata de *Boletim de Trabalhos Históricos*, Vol. XXXII, Guimarães, 1982²⁶

- *Velhas Casas (IX)* - Casa de Sezim, Separata de *Boletim de Trabalhos Históricos*, Vol. XXXV, Guimarães, 1984²⁷

- *Velhas Casas (X)* - Casa de Sezim (II), Separata de *Boletim de trabalhos Históricos*, Vol. XXXVI, Guimarães, 19²⁸

- *Velhas Casas (X)* - Paço e Honra de Gominhães, Separata de *Boletim de Trabalhos históricos*, Vol. XXXIX, 1988²⁹

- *Velhas Casas (XI)* - A do Arco, na rua de Santa Maria, em Guimarães, Separata de *Boletim de Trabalhos Históricos*, Vol. XLI, Guimarães, 1990³⁰

B) OUTROS...

- *Genealogias Vimarenses* (col. com D. Helena Cardoso de Macedo e Menezes), Braga, 1967

- *Eugénia da Cunha Peixota ou o morgado do Parto Suposto*, Separata de *Armas e Troféus*, Janeiro-Abril de 1977, n.1, Braga, 1977³¹

- *Capelas vinculadas na Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira*, Separata das Actas do *Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*, Guimarães, 1981³²

- *Gonçalo Lopes, Mestre de Pedraria*, Separata de *I Colóquio Galaico-Minhoto*, Ponte de Lima, 1981³³

- *Conversa com o Dr. Alfredo Pimenta*, Guimarães, 1984

- Estes são os Dias de Menezes de Guimarães, Separata de *Armas e Troféus*, V Série, Tomos III e IV, 1982-1983, Lisboa, 1984³⁴

- *Desceram do monte, atravessaram o mar*, Separata de *Boletim de Trabalhos Históricos*, Vol. XXXVIII, Guimarães, 1987, p.61-103³⁵

Para terminar deixamos a imagem de - *Guimarães, Terras de Santa Maria* (Guimarães, 1978) - onde a autora recorda, entre outros, o abade de Tagilde, João de Meira, Vieira Braga... Aí refere a riqueza informativa dos *Livros Notariais* para a história da cidade. Evoca, logo de início e com certa mágoa, que se propõe esquecer, o que de belo se tem destruído...

Trabalho que resume um percurso pelos monumentos da cidade, a sua história, o seu interesse - das igrejas, às capelas, aos cruzeiros, até às casas e às ruas... e as alterações da paisagem com os dinheiros vindos do Brasil. A descrição dos antigos paços do Concelho, onde hoje nos encontrámos. As fontes, os chafarizes, todo e qualquer recanto da Guimarães cuja História urge preservar e cuja memória se deposita nas estantes dos arquivos. A terminar as palavras de Adelaide Morais, quando ao AMAP se refere:

«Nas suas estantes vive Guimarães, suas gentes e História. Em muitos dos seus livros encadernados a pergaminho mãos pacientes e hábeis iluminaram delicadamente as suas páginas. São os da Colegiada, os das Irmandades, os dos Conventos. A poesia do Passado a surgir entre as folhas dos alfarrábios, a virarem-se com cuidado, a mostrarem nas suas antigas letras, nas delicadas iluminuras a vida, a história, a arte de bem pintar». (p.59).

Melhor mensagem não encontrámos, para encerrar esta breve reflexão. Com ela, gostaríamos de reter um discurso de esperança, no projecto de futuro para o Arquivo Municipal Alfredo Pimenta. O presente *Boletim* sugere, já, um tempo novo.

Braga, Julho de 1991
M.ª Conceição Falcão

NOTAS

- 1 Conferência apresentada na Biblioteca da Gulbenkian, em Guimarães, em 19 de Julho de 1991.
- 2 «O Arquivo e a Identificação» in *A Escrita da História*, Lisboa, Ed. Estampa, 1988, p.87.
- 3 «Renovar os arquivos para renovar a História», in *A Escrita da História*, ob. cit., p. 67 a 78.
- 4 «Renovar os arquivos para renovar a História». Ob. cit., p.68.
- 5 Ob. cit., p.69.
- 6 *Nahora em que se ultima a presente reflexão, há já a agradável notícia que dá como certa a aquisição de material, neste domínio, pelo que se podem felicitar as entidades envolvidas na modernização do AMAP.*
- 7 Ob. cit., p.75.
- 8 Cf. MATTOSO, José - «Os Arquivos oficiais e a construção social do passado», in *A Escrita da História*, ob. cit., p.89 a 99.
- 9 MATTOSO, José - «O Arquivo e a Identificação» in *A Escrita da História*, ob. cit., p.85.
- 10 «As más instalações do Arquivo Municipal Alfredo Pimenta», *Boletim de Trabalhos Históricos*, vol. XXXVII, Guimarães, 1986, p.244.
- 11 Sobre várias ocorrências da vida do AMAP, cf. PIMENTA, Rodrigo - «Para a história do Arquivo Municipal de Guimarães», *Boletim e Trabalhos Históricos*, vol. XIII - n. 3-4, Guimarães, 1951, p.97 a 112 e OLIVEIRA, Manuel Alves - «A resistência do Cabido à incorporação do Arquivo da Real Colegiada de Guimarães na Torre do Tombo», *Boletim de Trabalhos Históricos*, vol. XXIII - n. 1-4, Guimarães, 1963, p. 1 a 26.
- 12 Como a ele se referia MONTEIRO, D. António de Castro Xavier - «No centenário do historiador Alfredo Pimenta foi enaltecida a obra do insigne Mestre de Portugalidade», *Boletim de Trabalhos Históricos*, vol. XXXIV, Guimarães, 1983, p.6.
- 13 Cf. os recentes artigos de Luís Filipe Aviz de Brito: «O Arquivo Municipal de Guimarães», publicados no *Notícias de Guimarães*, desde 06.07.90 e que se prolongaram ao longo de 1991 (13.07.90, 07.09.90, 05.10.90, 15.02.91, 19.04.91, entre outros).
- 14 Artigo de Armindo Cachada, *Jornal de Notícias*, de 27.01.91.
- 15 *Ibidem*.
- 16 Cf. o artigo «Política Nacional de Arquivos debate-se amanhã em Guimarães», publicados em *O Primeiro de Janeiro* de 06.06.90.
- 17 MARQUES, José - «In Memoriam», *Boletim de Trabalhos Históricos*, vol. XLI, Guimarães, 1991, p.2.
- 18 Ob. cit., p.3.
- 19 Onde a autora do Casal da Ribeira de Cima, e dos seus prazos, desde 1438, com base em documentação do AMAP (*Livro de Emprazamentos da Colegiada de Guimarães e Livro Misto n.2 da Freguesia de S. João de Ponte*), deixa a imagem das famílias ligadas ao Casal de Don do Miogo (S. João de Ponte) e à Casa da Freiria. As informações que reúne são particularmente importantes para os séculos XVII e XVIII.
- 20 Onde se pode ler a história dos detentores do Casal de Minotes (foreiroa S. Domingos de Guimarães) e cuja vida acompanha desde o século XVI. Igualmente fica a Casa de Caneiros e a importância dos manuscritos do Abade de Tagilde, pertencentes à Biblioteca da SMS. Entre memórias avulsas, lá está o hospital de S. Roque, na rua das Molianas, desde o século XVII.
- 21 Neste artigo, a autora trata da Casa do Costeado, desde Lucrecia Camela; da Casa do Salgueiral, a cujo propósito inclui um retalho da Guimarães de 1833, em tempo de peste - a distribuição de ramos de loureiro, alecrim e pinhas para queimar à noite nas ruas da vila, por ordem dos almotacés, para além do culto urbano de S. Plácido. Por fim a Quinta da Boa Vista de Gaia (vulgarmente Casa das lameiras).
- 22 Por este longo artigo se fica a conhecer a Casa de Laços e, a propósito, o barbeiro Pedro Borges, da rua Nova do Muro. Sobre esta «arte paracirúrgica» do tempo, a autora refere as Cartas de Barbeiro e Sangrador, de que encontra notícia desde 1655 (exemplos recolhidos no AMAP - Livro 9-1-27): sarrafar, tirar dentes em todo o reino, lançar ventosas, etc... Seguindo séculos adentro, e entre outras curiosas imagens, fixa uma Guimarães cheia de espanto, perante os carros de 1908. Fica ainda o percurso da Quinta do Paço (foreira à rainha), do Casal dos Pombais (a que chamam Granjas) e da Casa dos Pombais.
- 23 Este artigo visou alguns dos intervenientes que Adelaide Moraes iria retomar no seu último escrito (sobre as Casas do Arco), a propósito da Casa de Pousada. Nesta abordagem, destaca-se um maior interesse pelos tempos medievos, desde a famosa Urraca Manteiga das Inquirições Régias - uma das damas que contribuiu para as obras do antigo mosteiro de S. Domingos em Guimarães e que a autora «pinta» de vestes de escarlate inglesa, comendo frutas secas, figos, canela, pimenta... à história de Pousada, que radica nos 4 canais de Azurém. No plano arquitectónico, fica a imagem de uma das primeiras manifestações cistercienses, na construção civil do Norte de Portugal, das armas dos Peixotos, do Comendador da Faia, dos Vales Peixotos de Guimarães, dos Correias Lacerdas, dos Azeredos Vales, dos Brandões, dos Morgados de S. Paio de Guimarei, dos Vales Peixotos de Braga, Farias Machados das Casas das Hortas, etc... e, também, das casas de Santa Maria.
- 24 Desde o século XVI, pode o leitor seguir, neste artigo, a história da Casa da Veiga, na freguesia de Azurém.
- 25 Inicia a história destas Velhas Casas (...) com a demanda que Pedro Colaço e mulher moveram ao cabido, sobre uns herdamentos: a Aveleira, um moinho e um souto... Segue este percurso ao longo do século XV até à

instituição da Capela de Nossa Senhora das Neves ou Formosa, no Convento de S. Domingos. Na sua reconstituição, deixa informações sobre Pedro Álvares de Faria, O de Penselo - homem muito honrado e de boa casta, dos mais honrados da vila, de seu filho, João Álvares de Penselo e por aí segue na história desta família.

- 26 *Com notícias sobre o Casal da Courela (Azurém), doado em 1642 por Nicolau do Couto e sua mulher a uma sobrinha, residentes, na rua Sapateira. É mais um dos casais privilegiados das Tábuas Vermelhas. Quando se refere à Vila, Adelaide Moraes traça a paisagem das ruas estreitas, das casas da Sapateira, do Cano, da rua da Cadeia, dos Mercadores, etc. A propósito de Maria Anes de Matos, sepultada debaixo da pia da colegiada, fica a notícia das obras da capela-mor, de que tratou em 1675 - encarregado, António de Castro, arquitecto de pedraria, morador no Assento, do Mosteiro de S. Martinho de Sande. Moldes e plantas fez Mestre de Campo, e Miguel de Lescolle, autor da capela-mor. Da cidade fica, também, referência à nova igreja dos Capuchos, feita de esmolos e com as pedras das muralhas (1680), ao Cano das Gafas, ao Cruzeiro de Nossa Senhora da Guia - figura de Afonso Vieira, talhada no granito e existente desde meados do século XV. Seguindo os «Vieiras» entronca nos «Peixotos», família que a autora bem conhece.*
- 27 *História de uma casa a começar no século XIV, com Maria Mendes Sarrazinha. Depois, Afonso Martins, senhor de Sezim. Através de testamentos e testamenteiros, deixa a autora uma infundável informação sobre Guimarães e vimeiranos dos séculos XIV e XV. E lá estão os «Peixotos» ligados a mais uma das suas Velhas Casas. Da casa, enquanto edifício, fica uma expressiva gravura.*
- 28 *Trata-se da continuação das Velhas Casas (IX) e a história da Casa de Sezim prolonga-se do século XVII até à actualidade.*
- 29 *Onde Adelaide Moraes segue a vida deste Paço secular desde o Martim do Casal das Inquirições dionisinas, até aos seus próprios familiares, em cuja posse está, actualmente, a Honra de Gominhões.*
- 30 *De que a propósito se falou já, no corpo do texto.*
- 31 *Este artigo trata da dita senhora, D. Eugénia da Cunha Peixoto, nascida cerca de 1594, que recebeu o baptismo na Igreja de S. Sebastião de Gui-*

marães. A sua história segue ligada ao nascimento de um filho que se dizia não ser dela nem dele, Jerónimo Machado de Miranda, tudo para se herdar o morgadio... daí «do parto suposto...». Em 1625, jazia presa no castelo de Guimarães.

- 32 *Numa capela abandonada, em S. Clemente de Sande: um muro, um portal ladeado com colunas de pedra, unidas por pesada corrente e a inscrição: «Esta obra mandou fazer Francisco Pereira de Miranda morgado desimo quarto de S. Miguel» (da esquerda); «E sua mulher D. Anna Antónia de Coimbra em sinco de janeiro de 1471». Do muro destacam-se duas lápides de pedra: «Este morgado instituiu Gil Lourenço de Gomide, Manteiro mor d'El R D. João pr.º Alcaide Mor de Miranda e irmão de Gon. 1º Lourenço escrivão de puridade em 4 de Agosto de 1430». A outra: «Teve casa e torre em G.es com estes privilégios couto pessoal e em 2 collumnas não dar pregão e asoutes a sua v.º dar ali 2 pregam por rei novo quebrar e escudos por rei morto e dansarem ali as dansas do corpo de D.s», Anotada fica, também, a descrição das armas dos Machados, Castros, Mirandas e Melos... Da vila, deixa a imagem das casas torre, na rua das Flores do século XV, e a posterior deterioração. Por fim, a cabeça do vínculo mudada para S. Miguel, em S. Clemente de Sande. Preciosas informações sobre a vida do conhecido alcaide de Miranda.*
- 33 *Artistas de Quinhentos (1552) a quem ficou a dever-se a abóbada da capela-mor de Santa Maria de Azurara - igreja mandada construir por D. Manuel, após a sua passagem por estas terras a caminhos de Santiago (1502), mas concluída, apenas, 50 anos depois. Responsável pelo chafariz no Campo dos Touros - o Toural. Como é seu estilo, mais uma vez a autora deixa transparecer, aqui, a preocupação de ser fiel aos documentos. Importantes achegas para as genealogias dos séculos XVI e XVII.*
- 34 *De novo, a autora confessa tê-los procurado nos documentos, a eles, Meneses de Guimarães... Agora, um estudo centrado num caderno do século XIX.*
- 35 *Fica a vontade de subir à Senhora do Castro, em Santo Adrião de Vizela, onde se encontra uma capelinha românica, coroada de merlões (d'«A Santa Capeluda», da Senhora do Castro ou Senhora da Tocha), junto a um castro pré-romano, quase inexplorado. A propósito, a história de João de Castro, desde o século XVI.*

FONTES BIBLIOGRÁFICAS

HISTÓRIA LOCAL

BIBLIOGRAFIA

DE MARIA ADELAIDE PEREIRA DE MORAES

CONGRESSOS E TRABALHOS COLECTIVOS

- 1 • MORAIS, Maria Adelaide Pereira de - *Capelas vinculadas na Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira*, in «Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada. Actas» 2.º vol., Guimarães, 1981, p. 451-480.
- 2 · - *Riqueza Monumental de Guimarães*, in «Guimarães do passado e do presente», Guimarães, Câmara Municipal, 1985, p. 12-13.

IMPrensa REGIONAL

- 3 · MORAIS, Maria Adelaide Pereira de - *A Capela da Casa de Navarros* «Notícias de Guimarães», 3059 10 Ago., 1990, p.3.
- 4 · - *Do passado e do presente. Onde estavas tu que não me viste.* «Povo de Guimarães», Guimarães, 109 27 Mar. 1980, p.7.
- 5 · - *O Dr. Cunha.* «Notícias de Guimarães», Guimarães, 2401 6 Jan. 1978, p.1-2.
- 6 · - *História das fontes nas fontes da história, I. O Chafariz do Carmo.* «Notícias de Guimarães», Guimarães, 3092 28 Mar. 1991, p.1-2.
- 7 · - *História das fontes nas fontes da história, II. O tanquinho.* «Notícias de Guimarães», Guimarães, 3097 3 Maio 1991, p.3.
- 8 · - *História das fontes nas fontes da história, III. A fonte da Misericórdia.* «Notícias de Guimarães», Guimarães, 3109 26 Jul. 1991, p.16.
- 9 · - *João de Meira. O Centenário dum vimararanense ilustre.* «Notícias de Guimarães», Guimarães, 2587 31 de Jul. 1981, p.2.
- 10 · - *Os parabéns do Museu.* «Notícias de Guimarães», 2610 11 Jan. 1962, p.10.

MONOGRAFIAS E FOLHETOS:

- 11 · MORAIS, Maria Adelaide Pereira de - *Guimarães, terras de Santa Maria.* Guimarães, 1978.
- 12 · - *Linha de Guimarães. Cá está o comboio.* Guimarães, Muralha- Associação de Guimarães para a Defesa do Património, 1984, f.1.

OBRAS EM COLABORAÇÃO:

- 13 · *Minho*, in «À descoberta de Portugal», Lisboa, Selecções do Reader's Digest, 1982, p. 46-47.
- 14 · MORAIS, Maria Adelaide Pereira de ; MENESES, Helena Cardoso de Macedo e - *Genealogias vimararanenses.* Braga, 1967.

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS:

- 15 · MORAIS, Maria Adelaide Pereira de - *Conversa com Alfredo Pimenta.* «Boletim de trabalhos Históricos», Guimarães, 33 1982, p. 273-291.
- 16 · *Descerem o monte e atravessaram o mar. Aditamento.* «Boletim de Trabalhos Históricos», Guimarães, 39 1988, p.337-338.
- 17 · *Descerem o monte e atravessaram o mar. Castro Guimarães e seu termo.* «Boletim de Trabalhos Históricos», Guimarães, 38 1987, p. 61-103.
- 18 · *Estes são os Dias de Meneses de Guimarães.* «Armas e Troféus», 5 série, Lisboa, 3-4 1982-1983.
- 19 · *Eugénia da Cunha Peixota ou o Morgado do Parto Suposto.* «Armas e Troféus», Lisboa, 1 Jan.-Abr. 1987.
- 20 · *Gonçalo Lopes, mestre de pedraria*, in «Colóquio Galaico-Minhoto, 1», Ponte de Lima, 1981, p.419-449.
- 21 · *Velhas Casas I. Freguesia de S. João de Ponte. Casal de Don Togon do Miogo.* «Boletim de Trabalhos Históricos», Guimarães, 24 (1-4) 1964, p.17-27.
- 22 · *Velhas casas I. Freguesia de S. João de Ponte. Casal da Ribeira de Cima.* «Boletim de Trabalhos Históricos», Guimarães, 24 (1-4) 1964, p.2-9.
- 23 · *Velhas Casas I. Freguesia de S. João de Ponte. Freiria.* «Boletim de Trabalhos Históricos», Guimarães, 24 (1-4) 1964, p.28-33.
- 24 · *Velhas Casas I. Freguesia de S. João de Ponte. Meio Casal dos Cascos.* «Boletim de Trabalhos Históricos», Guimarães, 24 (1-4) 1964, p.10-16.

- 25 - MORAIS, Maria Adelaide de Pereira de *Velhas Casas II. Freguesia de Fermentões. Casa de Caneiros*. «Boletim de Trabalhos Históricos», Guimarães, 25 (1-4) 1965, p.28-53.
- 26 - *Velhas Casas II. Freguesia de Fermentões. Casa da Covilhã*. «Boletim de Trabalhos Históricos», Guimarães, 25 (1-4) 1965, p.61-85.
- 27 - *Velhas Casas II. Freguesia de Fermentões. Casal de Minotes*. «Boletim de Trabalhos Históricos», Guimarães, 25 (1-4) 1965, p.15-27.
- 28 - *Velhas Casas II. Freguesia de Fermentões. Quinta do Selho de Riba*. «Boletim de Trabalhos Históricos», Guimarães, 25 (1-4) 1965, p.54-60.
- 29 - *Velhas Casas III. Freguesia de Creixomil. Casa do Costeado*. «Boletim de Trabalhos Históricos», Guimarães, 26 1966, p.130-155.
- 30 - *Velhas Casas III. Freguesia de Creixomil. Casa do Salgueiral*. «Boletim de Trabalhos Históricos», Guimarães, 26 1966, p.156-183.
- 31 - *Velhas Casas III. Freguesia de Creixomil. Quinta da Boa Vista de Gaia*. «Boletim de Trabalhos Históricos», Guimarães, 26 1966, p.184-199.
- 32 - *Velhas Casas IV. Freguesia de Creixomil. Casa de Laços*. «Boletim de Trabalhos Históricos», Guimarães, 27 1967-1974, p.7-47.
- 33 - *Velhas Casas IV. Freguesia de Creixomil. Casados Pombais*. «Boletim de Trabalhos Históricos», Guimarães, 27 1974, p.122-159.
- 34 - MORAIS, Maria Adelaide Pereira de *Velhas Casas IV. Freguesia de Creixomil, Casa dos Pombais a que chamam Ganjas*. «Boletim de Trabalhos Históricos», Guimarães, 27 1967-1974, p.90-121.
- 35 - *Velhas Casas IV. Freguesia de Creixomil. Quinta do Paço*. «Boletim de Trabalhos Históricos», Guimarães, 27 1967-1974, p.48-89.
- 36 - *Velhas Casas V. Freguesia de Azurém. Casa de Pousada*. «Boletim de Trabalhos Históricos», Guimarães, 28 1975-1977, p.2-108.
- 37 - *Velhas Casas VI. Freguesia de Azurém. Casa da Veiga*. «Boletim de Trabalhos Históricos», Guimarães, 29 1978, p.86-108.
- 38 - *Velhas Casas VII. Freguesia de Penselo. Casa da Avelreira*. «Boletim de Trabalhos Históricos», Guimarães, 30 1979, p.249-304.
- 39 - *Velhas Casas VIII. Casa do Cano ou do Salvador*. «Boletim de Trabalhos Históricos», Guimarães, 32 1981, p.15-120.
- 40 - *Velhas Casas IX. Casa de Sezim I*. «Boletim de Trabalhos Históricos», Guimarães, 35 1984, p.272-328.
- 41 - *Velhas Casas IX. Casa de Sezim II*. «Boletim de Trabalhos Históricos», Guimarães, 36 1985, p.170-269.
- 42 - *Velhas Casas X. Paço e Honra de Gominhões*. «Boletim de Trabalhos Históricos», Guimarães, 39 1988, p.255-336.
- 43 - *Velhas Casas XI. A do Arco, na Rua de Santa Maria, em Guimarães*. «Boletim de Trabalhos Históricos», Guimarães, 41 1990, p.123-229.

ÍNDICE DE TÍTULOS

Capela da Casa de Navarros	3	Velhas Casas II. Freguesia de Fermentões. Casa da Covilhã	26
Capelas vinculadas na Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira	1	Velhas Casas II. Freguesia de Fermentões. Casal de Minotes	27
Conversa com Alfredo Pimenta	15	Velhas Casas II. Freguesia de Fermentões. Quinta do Selho de Riba	28
Desceram o monte e atravessaram o mar. Aditamento	16	Velhas Casas III. Freguesia de Creixomil. Casa do Costeado	29
Desceram o monte e atravessaram o mar. Castro Guimarães e seu termo	17	Velhas Casas III. Freguesia de Creixomil. Casa do Salgueiral	30
Do passado e do presente. Onde estavas tu que não me viste	4	Velhas Casas III. Freguesia de Creixomil. Quinta da Boa Vista de Gaia	31
O Dr. Cunha	5	Velhas Casas IV. Freguesia de Creixomil. Casa de Laços	32
Estes são os Dias de Meneses de Guimarães	18	Velhas Casas IV. Freguesia de Creixomil. Casa dos Pombais	33
Eugénia da Cunha Peixota ou o Morgado do Parto Suposto	19	Velhas Casas IV. Freguesia de Creixomil. Casa dos Pombais a que chamam Granjas	34
Genealogias vimaranenses	13	Velhas Casas IV. Freguesia de Creixomil. Quinta do Paço	35
Gonçalo Lopes, mestre de pedraria	20	Velhas Casas V. Freguesia de Azurém. Casa de Pousada	36
Guimarães, terras de Santa Maria	11	Velhas Casas VI. Freguesia de Azurém. Casa da Veiga	37
História das fontes nas fontes da história, I. O chafariz do Carmo	4	Velhas Casas VII. Freguesia de Penselo. Casa da Avelreira	38
História das fontes nas fontes da história, II. O tanquinho	7	Velhas Casas VIII. Casa do Cano ou do Salvador	39
História das fontes nas fontes da história, III. A fonte da Misericórdia	8	Velhas Casas IX. Casa de Sezim I	40
João de Meira. O centenário dum vimaranense ilustre	9	Velhas Casas IX. Casa de Sezim II	41
Linha de Guimarães. Cá está o comboio	12	Velhas Casas X. Paço e Honra de Guimarães	42
Minho	14	Velhas Casa XI. A do Arco, na Rua de Santa Maria, em Guimarães	43
Os parabéns do Museu	10		
Riqueza monumental de Guimarães	2		
Velhas Casas I. Freguesia de S. João de Ponte. Casal de Don Togon do Miogo	21		
Velhas Casas I. Freguesia de S. João da Ponte. Casal da Ribeira de Cima	22		
Velhas Casas I. Freguesia de S. João de Ponte. Freiria	23		
Velhas Casas I. Freguesia de S. João de Ponte. Meio Casal dos Cascos	24		
Velhas Casas II. Freguesia de Fermentões. Casa de Caneiros	25		

NOTA:

A autora colaborou ainda em diversas obras, como por exemplo prefaciando a 2.ª edição de *As últimas gerações de Entre Douro e Minho*, e também em artigos que se encontram dispersos em vários jornais, folhetos e enciclopédias.